



CENTRO

ABORDAGENS TERRITORIAIS

Uma análise aplicada ao
Programa Operacional Regional do Centro
2014-2020



ABORDAGENS TERRITORIAIS

Uma análise aplicada ao
Programa Operacional Regional do Centro
2014-2020

No período de programação atual (2014-2020), a dimensão territorial é valorizada e considerada essencial para a promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Por um lado, as diferenciações a nível sub-regional sustentam a pertinência de abordagens territoriais. Por outro lado, o acordo de parceria que Portugal propôs à Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, considera o território como um domínio estratégico adequado para a obtenção de ganhos de eficiência e de integração na prossecução das finalidades de política pública.

Este aproveitamento do capital territorial do país traduz-se na utilização de instrumentos de programação que privilegiam as sub-regiões NUTS III como escala de intervenção, com o objetivo de mobilizar, em simultâneo e de forma coordenada, financiamento de diversos fundos, eixos prioritários e programas operacionais a favor da prossecução de uma estratégia territorial coerente.

Mais concretamente, preveem-se abordagens territoriais integradas baseadas na elaboração e na dinamização de Estratégias Integradas de

Desenvolvimento Territorial (EIDT), envolvendo agentes locais e regionais relevantes como as Comunidades Intermunicipais (CIM).

Entre essas intervenções encontram-se os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), materializados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial; o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), materializado em Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), baseadas num eixo autónomo dos programas operacionais regionais das regiões menos desenvolvidas. O conjunto destas estratégias promoverá um reforço da rede urbana e uma maior sustentabilidade dos territórios e dos recursos da Região Centro.

Este documento pretende apresentar estas várias abordagens integradas que associam os objetivos temáticos identificados no Programa Operacional do Centro com a dimensão territorial e que foram objeto de programação do atual quadro europeu.

As abordagens construídas para o território

A blue square containing the white text 'ITI'.A green square containing the white text 'DLBC'.A yellow square containing the white text 'AIDUS'.A red square containing the white text 'OUTRAS'.

Introduzindo a dimensão territorial na política europeia de coesão e, conseqüentemente nos programas operacionais regionais, pretende-se dar continuidade à dinâmica de desenvolvimento e de coesão territorial, um dos problemas estruturais na Região Centro. As assimetrias intrarregionais e a diversidade existente são evidentes num território em que as NUTS III mais densamente povoadas, localizadas no litoral, representam menos de metade da área, cerca de 80% da população residente e concentram grande parte do tecido económico regional. As disparidades observadas estão relacionadas com os problemas de atratividade populacional dos territórios do interior como se pode verificar pela população aí residente ou pelos seus índices de dependência e de envelhecimento. Evidentes são também as diferenças ao nível

do desempenho económico, da inovação ou da coesão social. Apesar desta realidade, é de referir que desde o início do período de programação do último quadro europeu, tem-se assistido a uma redução das disparidades intrarregionais.

Para estimular uma dinâmica produtiva e empreendedora em todas as suas sub-regiões, a aposta assenta numa lógica de parceria envolvendo o tecido empresarial, o sistema científico e tecnológico, os agentes institucionais, públicos e associativos. Foi neste sentido que foram pensadas as abordagens territoriais neste período de programação: os Investimentos Territoriais Integrados (ITI); o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS).

As abordagens construídas para o território

Investimentos Territoriais Integrados

ITI

Objectivo

Responder à necessidade de combater os desequilíbrios regionais e potenciar as capacidades e recursos de todos os territórios, à escala NUTS III na Região Centro. Estes ITI terão por base Estratégias de Desenvolvimento Territorial que servirão igualmente de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos. Procura-se desta forma a criação de um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pelas CCDR, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas.

Aprovação

Os ITI serão aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as CIM, e com base num envelope global, não havendo alocações predefinidas para cada ITI. A seleção final dos ITI, seus montantes e condicionantes, será da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das AG dos PO mobilizados, das CCDR, da ADC, e por peritos exteriores à Administração Pública.

Grupos-alvo

Comunidades intermunicipais (CIM), com o envolvimento de parceiros públicos, privados e associativos abrangendo as entidades municipais e intermunicipais (podendo conter a participação de outros copromotores associados, desde que estes manifestem acordo explícito para tal na fase de apresentação e aprovação).

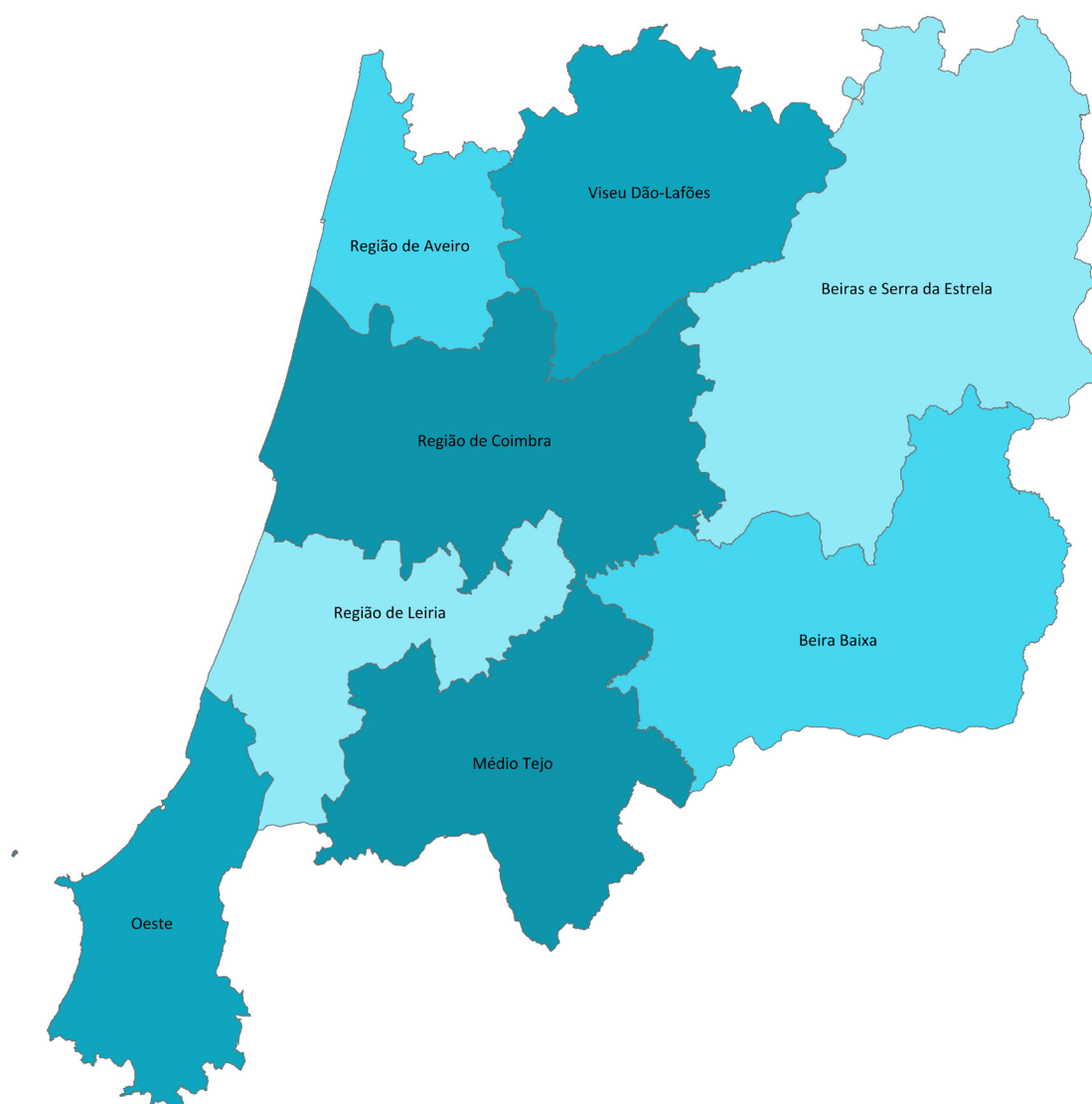
As abordagens construídas para o território

Investimentos Territoriais Integrados

ITI

Territórios-alvo

Território correspondente às oito NUTS III: Região de Aveiro; Viseu/Dão-Lafões; Beiras e Serra da Estrela; Região de Coimbra; Beira Baixa; Região de Leiria; Médio Tejo e Oeste.



As abordagens construídas para o território

Investimentos Territoriais Integrados

ITI

Ponto de situação em setembro de 2015

Em novembro de 2014, as CCDR lançaram um convite às comunidades intermunicipais e às áreas metropolitanas para o reconhecimento das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, sendo estas as bases para a contratualização dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial e dos pactos para o desenvolvimento local de base comunitária. Após este reconhecimento, em 17 de março de 2015, foi publicitado, neste mesmo dia, o convite para apresentação de candidaturas para aprovação de pactos para o desenvolvimento e coesão territorial, tendo sido encerrado a 21 de maio de 2015. A 17 de junho de 2015, após apreciação das candidaturas, foi decidido pela comissão de avaliação que todas reuniam as condições para passar à fase negocial (da responsabilidade dos programas financiadores), concluindo a avaliação associada à fase 1 do processo de seleção. Na 2ª fase, coordenada pela autoridade de gestão do Centro 2020, desenvolveu-se um processo negocial com as CIM. A 31 de agosto de 2015 foram assinados os pactos para o desenvolvimento e coesão territorial com as CIM da Região Centro, nos termos que resultaram do processo negocial, formalizando a entrega de um envelope financeiro para a implementação de projetos que concorrem para as prioridades de investimento acordadas entre as partes.

Prioridades de investimento mobilizáveis

No PO Centro, os ITI poderão mobilizar nove prioridades de investimento (PI), concretamente as que são apresentadas no Quadro 1. No entanto, nem todas são obrigatórias. Apenas as PI 4.3, 9.7 e 10.5 o são, já que as autoridades de gestão dos programas financiadores não apoiarão diretamente intervenções de entidades municipais e intermunicipais destas tipologias.

As abordagens construídas para o território

Investimentos Territoriais Integrados

ITI

Indicadores de realização e de resultado

Todas as operações deverão contribuir para os resultados do PO Centro para o período de programação 2014-2020. As metas estabelecidas para estes indicadores deverão ser atingidas até 2023. No Quadro 1, são apresentados os indicadores de resultado e de realização para os quais os ITI deverão contribuir e quais as metas que devem atingir. Os indicadores de resultado devem aferir a concretização e impacto das intervenções levadas a cabo no âmbito das políticas públicas e os indicadores de realização pretendem medir a intervenção mais direta ao nível das operações apoiadas pelo programa operacional (e que têm uma relação direta e contribuem de forma inequívoca para os resultados).

As abordagens construídas para o território

Investimentos Territoriais Integrados

ITI

Quadro 1 – Prioridades de investimento, dotação, indicadores de realização e indicadores de resultados nos ITI

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	Fundo	Dotação prevista no POR milhões €	Indicador de realização		Indicador de resultado	
			Designação	Meta	Designação	Meta
4.3/4c. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	FEDER	35	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos (kWh/ano)	43 460 000	Consumo de energia primária na administração regional e local (tep)	97 104
6.3/6c. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	FEDER	35	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiárias de apoio (visitantes/ano)	255 000	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares)	4.100-4.300
8.3/8iii. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	FSE	24	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (Nº)	1 500	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%)	50
8.8/8a. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	FEDER	16	Número de empresas que recebem apoio (Nº)	200	Postos de trabalho criados (Nº)	280
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	FSE	9	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário (Nº)	NA	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário (%)	NA
9.7/9a. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	FEDER	40	Equipamentos sociais e de saúde apoiados (Nº)	85	Taxa de cobertura da intervenção em equipamentos de saúde (%)	NA
10.1/10i. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	FSE	50	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar (Nº)	8	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado (%)	60
10.5/10a. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	FEDER	50	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas (Nº pessoas)	8 400	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	37
2.3/2c2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	FEDER	24	Serviços da administração pública apoiados (Nº)	42	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos (%)	55-60
					Câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet no total de câmaras (%)	60-70

As abordagens construídas para o território

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DLBC

Objectivo

Promover, em territórios específicos, o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, contribuindo para a promoção do emprego e, de forma complementar, para a promoção da inovação social, através de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social, designadamente em territórios economicamente fragilizados e/ou de baixa densidade populacional, e visa também apoiar iniciativas integradas de promoção da inclusão social, com ênfase no empreendedorismo social, de combate à pobreza e ao abandono escolar em territórios urbanos desfavorecidos dos centros urbano de nível superior.

Aprovação

As DLBC a criar na Região Centro decorrerão nos termos estabelecidos no Acordo de Parceria, sendo aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo Grupos de Ação Local (GAL), que terão de apresentar estratégias de desenvolvimento local e os correspondentes programas de ação.

Grupos-alvo

Comunidades de base rural, comunidades pesqueiras e costeiras e comunidades de base urbana.

As abordagens construídas para o território

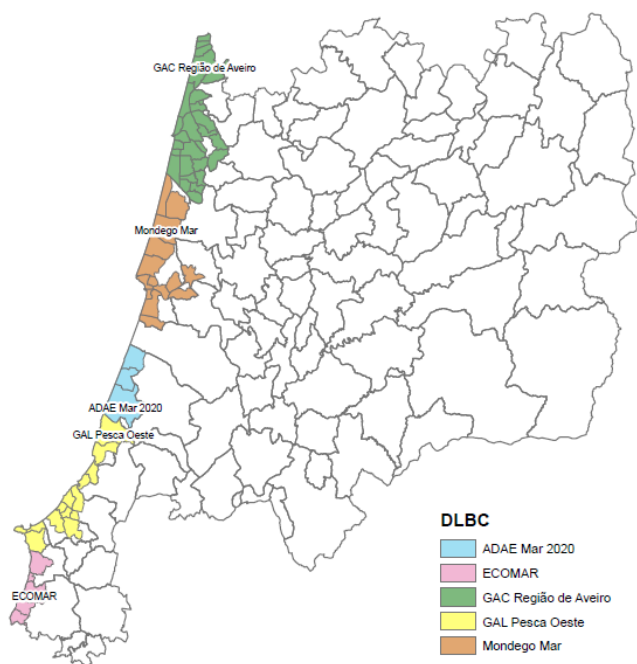
Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DLBC

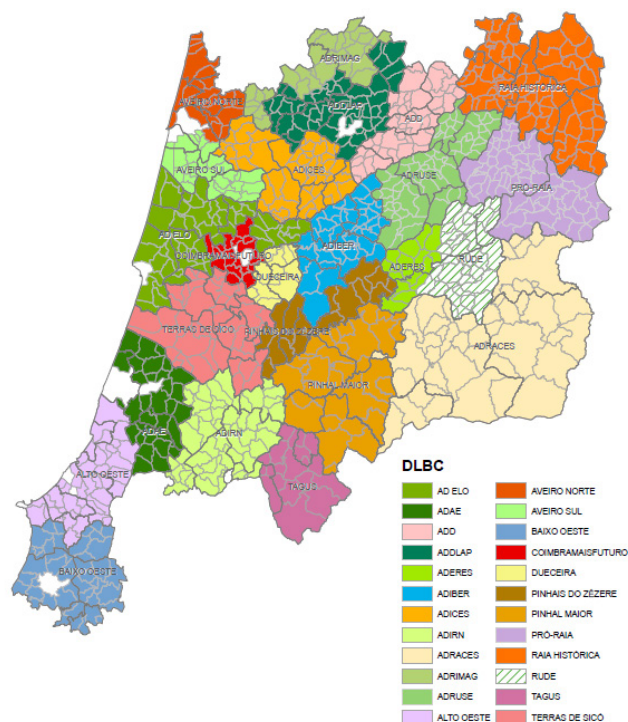
Territórios-alvo

Territórios com população entre 10.000 e 150.000 habitantes, correspondentes às áreas de atuação dos GAL Rurais, com possíveis exceções destes limites populacionais em situações com características territoriais específicas, devidamente fundamentadas; territórios com população entre 10.000 e 200.000 habitantes, correspondentes às áreas de atuação dos atuais GAL Costeiros; e territórios urbanos desfavorecidos, com população entre 10.000 e 150.000 habitantes (considerando-se a possibilidade de derrogações, devidamente fundamentadas, que permitam o abaixamento do limiar mínimo para os 5.000 habitantes).

DLBC costeiros



DLBC rurais



As abordagens construídas para o território

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DLBC

Ponto de situação em setembro de 2015

A primeira fase do processo de implementação do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária destinou-se à pré-qualificação de parcerias para posterior submissão de Estratégias de Desenvolvimento Local e iniciou-se com o aviso de concurso publicado a 16/11/2014 e modificado em 15/01/2015. As candidaturas deveriam ter uma focalização temática em função da vertente do DLBC a que se candidatavam (rural, urbana ou costeira). A 12 de maio de 2015, a comissão de avaliação, constituída pelas autoridades de gestão dos programas financiadores, analisou as candidaturas e tomou a decisão final do processo de pré-qualificação. Na Região Centro foram préqualificados 5 GAL costeiros e 24 GAL rurais. A 26 de junho de 2015, com a publicitação do convite para a apresentação de candidaturas destinado às parcerias pré-qualificadas, iniciou-se a 2ª fase, com o objetivo de aprovar as Estratégias de Desenvolvimento Local e reconhecer os Grupos de Ação Local, concluída a 27 de julho de 2015. Estiveram a concurso 25 milhões de euros de FSE e 18 milhões de euros de FEDER. Findo este período, decorreu a análise das candidaturas, com várias interações entre os programas operacionais e as associações de desenvolvimento local. No dia 27 de Agosto, a comissão de avaliação concluiu o reconhecimento, enquanto Grupo de Ação Local (GAL), de todas as parcerias que apresentaram candidatura, bem como validou as dotações financeiras atribuídas a cada Estratégia de Desenvolvimento Local. Está em curso o período de submissão de alterações bem como a possibilidade de consulta de processos, de modo a que até ao final do mês de setembro de 2015 o processo de análise fique concluído, dando origem à decisão final sobre a 2ª fase no início de Outubro, com a aprovação das Estratégias Desenvolvimento Local.

As abordagens construídas para o território

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DLBC

Prioridades de investimento mobilizáveis

No PO Centro, os projetos de DLBC poderão mobilizar duas prioridades de investimento, mais concretamente as PI 9.6 e 9.10, apresentadas no Quadro 2.

Indicadores de realização e de resultado

Todas as operações deverão contribuir para os resultados do PO Centro para o período de programação 2014-2020. As metas estabelecidas para estes indicadores deverão ser atingidas até 2023. No Quadro 2, são apresentados os indicadores de resultado e de realização para os quais as operações de DLBC deverão contribuir e quais as metas que devem atingir. Os indicadores de resultado devem aferir a concretização e impacto das intervenções levadas a cabo no âmbito das políticas públicas e os indicadores de realização pretendem medir a intervenção mais direta ao nível das operações apoiadas pelo programa operacional (e que têm uma relação direta e contribuem de forma inequívoca para os resultados).

Quadro 2 – Prioridades de investimento, dotação, indicadores de realização e indicadores de resultados em DLBC

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	Fundo	Dotação prevista no POR milhões €	Indicador de realização		Indicador de resultado	
			Designação	Meta	Designação	Meta
9.6/9vi. Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais	FSE	28	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego (N.º)	800	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%)	50
9.10/9d. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local	FEDER	20	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (N.º)	2	Estratégias DLBC apoiadas (N.º)	15

As abordagens construídas para o território

Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

AIDUS

Objectivo

Valorizar a estruturação urbana dos territórios de incidência e promover a atratividade e a competitividade das cidades, existindo no programa um eixo prioritário dedicado às intervenções em centros urbanos regionais e estruturantes.

Aprovação

Os planos estratégicos de desenvolvimento urbano são seleccionados em função de princípios de seleção comuns que ponderam a proporcionalidade do investimento proposto, a capacidade administrativa das autoridades urbanas, as características sócio funcionais do espaço a intervir, a coerência e articulação das intervenções previstas com outros instrumentos de promoção da revitalização urbana, e assegurem uma dimensão crítica que permita a obtenção de impactes relevantes da intervenção na redensificação da população urbana e no desenvolvimento urbano sustentável, em matéria de qualidade ambiental e urbanística. Para implementação da estratégia deverão estar definidos: o plano de mobilidade urbana sustentável ao nível de NUT III; o plano de ação para a regeneração urbana para as áreas específicas seleccionadas, áreas de reabilitação urbana (ARU), em concreto, centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas de conversão de zonas industriais abandonadas; e planos de ação integrados para o caso de comunidades desfavorecidas objeto de intervenção.

Grupos-alvo

Autoridades urbanas dos centros urbanos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e os centros urbanos de nível superior do PNPOT/PROT.

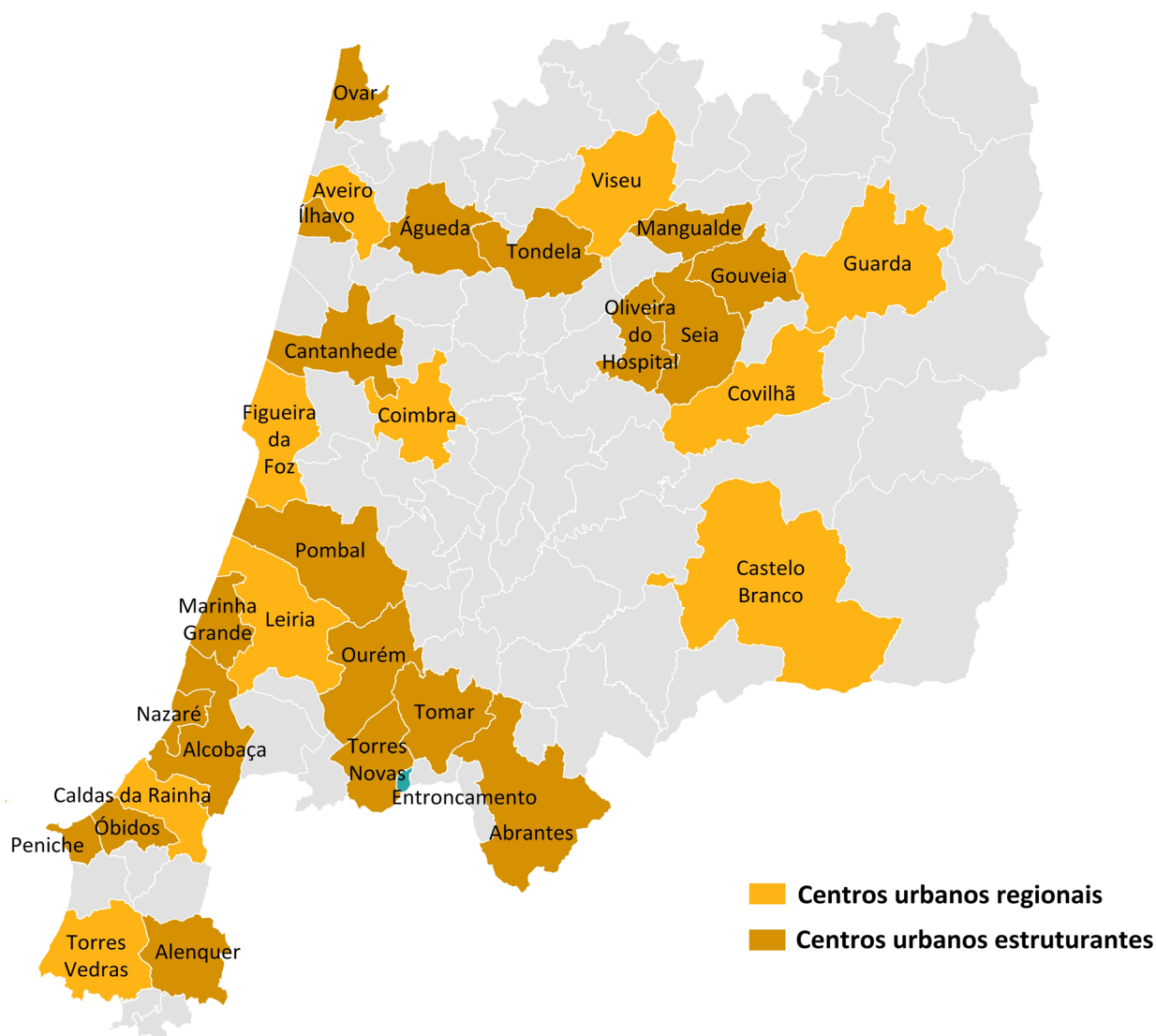
As abordagens construídas para o território

Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

AIDUS

Territórios-alvo

Na Região Centro, o território alvo é constituído pelos centros urbanos regionais (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Torres Vedras e Caldas da Rainha) e pelos centros urbanos estruturantes (Ovar, Ílhavo, Águeda, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital, Ourém, Tomar, Torres Novas, Entroncamento, Abrantes, Alcobaça, Nazaré, Óbidos, Peniche, Alenquer, totalizando 31 centros urbanos.



As abordagens construídas para o território

Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

AIDUS

Ponto de situação em setembro de 2015

Nesta data, estão abertas as candidaturas referentes aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), com data de início em 19 de junho de 2015 e data de encerramento de 30 de setembro de 2015 (aviso EIDT-99-2015-03). Estes planos deverão integrar os instrumentos de planejamento "plano de mobilidade urbana sustentável", "plano de ação de regeneração urbana" e "plano de ação integrado para as comunidades desfavorecidas".

Prioridades de investimento mobilizáveis

As intervenções terão de ser apresentadas de forma integrada, através de planos de mobilidade urbana sustentável (mobilizando a PI 4.5), de planos de desenvolvimento sustentável relacionados com ações de regeneração urbana (no âmbito da PI 6.5), e planos integrados locais (através da PI 9.8). No PO Centro, as AIDU poderão assim mobilizar três prioridades de investimento, mais concretamente as PI 4.5, 6.5 e 9.8, que são apresentadas no Quadro 3.

Indicadores de realização e de resultado

Todas as operações deverão contribuir para os resultados do PO Centro para o período de programação 2014-2020. As metas estabelecidas para estes indicadores deverão ser atingidas até 2023. No Quadro 3, são apresentados os indicadores de resultado e de realização para os quais as operações das AIDU deverão contribuir e quais as metas que devem atingir. Os indicadores de resultado devem aferir a concretização e impacto das intervenções levadas a cabo no âmbito das políticas públicas e os indicadores de realização pretendem medir a intervenção mais direta ao nível das operações apoiadas pelo programa operacional (e que têm uma relação direta e contribuem de forma inequívoca para os resultados).

As abordagens construídas para o território

Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

AIDUS

Quadro 3 – Prioridades de investimento, dotação, indicadores de realização e indicadores de resultados das AIDUS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	Fundo	Dotação prevista no POR milhões €	Indicador de realização		Indicador de resultado	
			Designação	Meta	Designação	Meta
4.5/4e. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	FEDER	64	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (ton/CO ²)	3 494 862	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (N.º)	8
6.5/6e. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	FEDER	134	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas (m ²)	560 000	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	>=2
			Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m ²)	55 000		
			Habitacões reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	730		
9.8/9b. Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	FEDER	14	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²)	49 000	Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	>=2
			Habitacões reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	100		

As abordagens construídas para o território

Outras abordagens para os territórios

OUTRAS

Estratégias de competitividade territorial suportadas nos recursos endógenos dos territórios

Pretendem prosseguir e melhorar a experiência do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) no período de programação 2007-2013. No presente quadro europeu, é desenvolvida uma avaliação aos PROVERE que possibilitará aos que virem o seu mérito reconhecido serem convidados a apresentar um Programa de Ação para o futuro, que deve ambicionar alcançar uma nova capacidade de intervenção no território, mas também um novo modelo de governação dos agentes relevantes para a valorização dos recursos endógenos. As tipologias de ação a serem apoiadas são: apoio à elaboração e acompanhamento das estratégias de valorização económica baseadas em recursos endógenos de âmbito regional, através de manchas geográficas com coerência temática; apoio a estratégias de marketing e de animação territorial associadas a recursos com valor económico de âmbito regional; qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos com dimensão nacional, ao nível da denominação de origem, da conceção de novos produtos, do desenvolvimento do design e de estratégias de marketing inovadoras ou da aposta em novos canais de distribuição; criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assentes numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais.

As abordagens construídas para o território

Outras abordagens para os territórios

OUTRAS

Ponto de situação em setembro de 2015

Em maio de 2015 foi dirigido um convite aos oito PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) da Região Centro, à realização de exercícios de avaliação de resultados da implementação dos programas de ação integrados nas Estratégias de Eficiência Coletiva reconhecidas, focalizados em duas dimensões: valorização económica dos recursos endógenos e consolidação das parcerias e dos consórcios. A primeira decisão sobre os relatórios apresentados ocorreu a 30 de julho de 2015, tendo os consórcios sido notificados da proposta de decisão. Isso possibilitou às entidades líderes do consórcio apresentar alegações em sede de contraditório, estando a decorrer a análise das alegações. Concluída a análise e tomada a decisão final será aberta a possibilidade de submissão de programas de ação aos PROVERE que obtiverem avaliação de pelo menos suficiente.

Prioridades de investimento mobilizáveis

No caso dos PROVERE, deverá ser mobilizada a PI 8.9, referente ao apoio ao crescimento do emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas.

As abordagens construídas para o território

Outras abordagens para os territórios

OUTRAS

Indicadores de realização e de resultado

Todas as operações deverão contribuir para os resultados do PO Centro para o período de programação 2014-2020. As metas estabelecidas para estes indicadores deverão ser atingidas até 2023. No Quadro 4, são apresentados os indicadores de resultado e de realização para os quais as operações dos PROVERE deverão contribuir e quais as metas que devem atingir. Os indicadores de resultado devem aferir a concretização e impacto das intervenções levadas a cabo no âmbito das políticas públicas e os indicadores de realização pretendem medir a intervenção mais direta ao nível das operações apoiadas pelo programa operacional (e que têm uma relação direta e contribuem de forma inequívoca para os resultados).

Quadro 3 – Prioridades de investimento, dotação, indicadores de realização e indicadores de resultados dos PROVERE

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO	Fundo	Dotação prevista no POR milhões €	Indicador de realização		Indicador de resultado	
			Designação	Meta	Designação	Meta
8.9/8b. Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	FEDER	35	Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (N.º)	5	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado (N.º)	2

Articulação

A articulação entre as várias abordagens territoriais é fundamental, processando-se, essencialmente, ao nível das abordagens territoriais ITI e DLBC, uma vez que está em causa a implementação de estratégias de desenvolvimento para o mesmo espaço territorial, que envolve diferentes agentes e instituições, diferentes tipologias de projetos e mobiliza diferentes fundos. A articulação entre estas estratégias territoriais na aplicação dos fundos permite uma integração efetiva entre elas, tornando-as eficazes, com uma utilização eficiente de recursos e com resultados no desenvolvimento dos territórios. Neste sentido, em sede de regulamentação específica, serão

adotados critérios de delimitação no que respeita à mobilização de determinadas prioridades de Investimento no quadro das ITI e dos DLBC no sentido de eliminar o risco de sobreposição de intervenções.

Também as AIDUS originam intervenções territoriais em áreas urbanas que deverão estar articuladas com as restantes abordagens, uma vez que o objetivo é o da valorização dos territórios de incidência.

Toda esta articulação é desenvolvida, numa primeira instância, entre o programa operacional regional e os restantes níveis territoriais (nomeadamente as NUTS III).

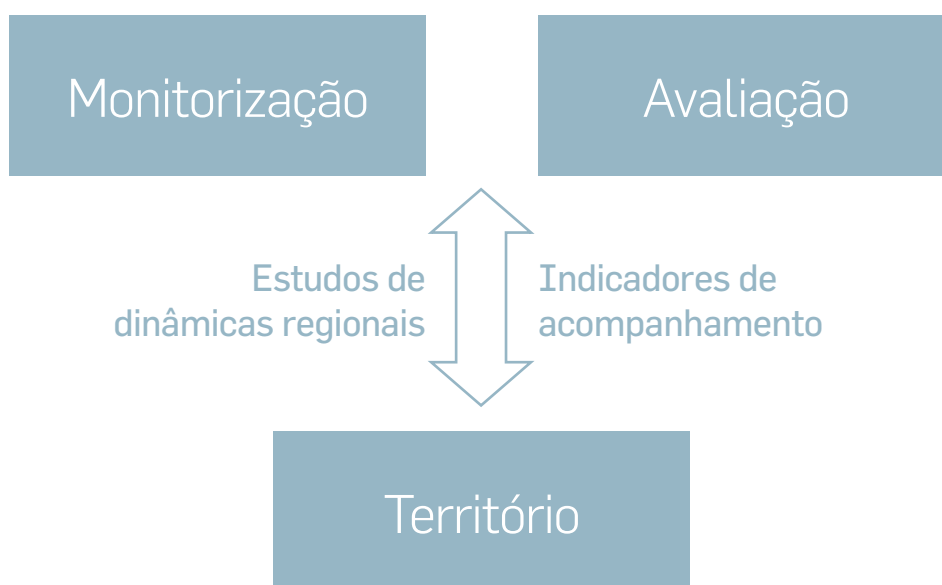


Monitorização

Para além da definição das várias abordagens que servirão os territórios e os seus agentes, está previsto um acompanhamento das dinâmicas que aí surjam e das que possam ser potenciadas. A monitorização é fulcral para alertas e ajustamentos às políticas públicas. As NUTS são áreas de excelência para avaliação destas políticas através de indicadores de qualificação do território, ao nível da mobilidade e conectividade, da sua infraestruturização, da reabilitação urbana, da eficiência energética e do património natural e cultural. Deverá ainda ser avaliada a evolução das disparidades intrarregionais, uma vez que

estes instrumentos têm também como objetivo diminuir as assimetrias das sub-regiões, por um lado, e potenciar territórios, por outro.

Tal como é referido no Acordo de Parceria, no sentido de evitar sobreposições e lacunas, devem ser desenvolvidos estes mecanismos específicos de monitorização operacional e estratégica destes instrumentos numa ótica transversal aos diversos programas operacionais financiadores. Acresce ainda a possibilidade de realização de comissões de acompanhamento conjunta de todos os programas financiadores dedicadas à análise desta temática.





CENTRO 

 **PORTUGAL**
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento